



UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL
CAMPUS DE TRÊS LAGOAS
CURSO DE PEDAGOGIA

XX SEMANA DE EDUCAÇÃO

“Resistir e Humanizar: por uma pedagogia emancipadora”

04 a 06 de novembro de 2021



EDUCAÇÃO INTEGRAL NA PERSPECTIVA DE ANÍSIO TEIXEIRA: UMA ANÁLISE DA PROPOSTA EDUCACIONAL DA BAHIA NA DÉCADA 1950

Kátia Soane Santos Araújo

UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA

Maria Cristina Gomes Machado

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ

A discussão sobre a educação integral vem ganhando destaque no âmbito das políticas públicas e no contexto social. Em virtude das nuances que representam tal perspectiva, o presente texto tem a pretensão de apresentar uma proposta de pesquisa, que se encontra em andamento, cujo objetivo é analisar os ideários de Anísio Teixeira sobre Educação Integral e a experiência desenvolvidas no estado da Bahia. A relevância da proposição consiste em compreender o princípio da multidimensionalidade da formação humana, por meio da perspectiva anisiana e estabelecer uma interação com as propostas de Educação Integral desenvolvida no Estado da Bahia, na atualidade. O propósito é promover um debate para identificar os fatores que limitam o alcance pleno dos seus objetivos, haja vista que o sentido de educação integral permeia diferentes concepções. Para o recorte destacado, aqui, apresentamos uma contextualização do contexto educacional atual com ênfase na complexidade ocasionada pela pandemia do Covid – 19, os desafios na incorporação da Educação Integral, o reflexo da desigualdade educacional por meios dos sistemas de avaliação legitimados na política educacional brasileira e a urgência de criar mecanismos que atendam a formação integral dos estudantes da Educação Básica. Para tanto, nos apoiaremos nas reflexões de Teixeira (1999), Gadotti, (2009), Fortunati (2009), Cullen (1997) na finalidade de construir um debate profícuo sobre as potencialidades e desafios dessa modalidade formativa.

Palavras-chave: Educação Integral, Anísio Teixeira, Multidimensionalidade, Base Nacional Comum Curricular – BNCC.

Introdução

Nas primeiras décadas do século XXI, um cenário de incertezas e contradições expressa o caráter vulnerável da existência humana. Os “mega terrorismos”, a violência, as novas doenças infecciosas, as grandes catástrofes, a desigualdade social, a insegurança política e econômica, evidenciam os desafios e os riscos que ameaçam o gerenciamento das vidas futuras. Com a pandemia da COVID-19, isso tornou-se mais evidente, uma vez que as estruturas, que antes já eram abaladas, agora estão intimamente vulneráveis diante das bruscas transformações acarretadas pela proliferação do vírus.



Essa conjuntura impacta os diversos setores da sociedade, sobretudo os processos formativos educacionais formais, cujo debate possui como um dos temas centrais, o direito a igualdade de acesso à educação, uma vez que o ensino remoto emergencial não favorece o mínimo de equidade ao ensino, quiçá a aprendizagem. Entretanto, é imprescindível a busca por alternativas que visem assegurar a educação como “direito de todos” (BRASIL, 1988), todavia não se pode reduzir essa máxima, a aquisição e a reprodução sistematizada dos conteúdos curriculares, uma vez que o ser humano por essência se caracteriza como sujeito da incompletude e a procura por outras estruturas formativas, mobilizam a sua constituição. Nesse sentido, é urgente incorporar a essa discussão o princípio da multidimensionalidade da formação, por meio da Educação Integral, como questão central, tal como propõe a Base Nacional Comum Curricular – BNCC. Debate este, presente deste o século passado, em que o educador Anísio Teixeira (1900-1970) já promulgava os ideários da Educação Integral, sendo este o objeto desta pesquisa.

Nesse sentido, constitui-se como indagação sobre como os ideários, proposicionais de Anísio Teixeira, estão de presentes nas propostas de Educação Integral, desenvolvidas no estado da Bahia, na década de 50? Quais fatores limitaram o alcance pleno dos objetivos da Educação Integral, tal como proposto por Anísio Teixeira?

Considera-se que, de tempos em tempos, os processos constitutivos, social/humano, sofrem profundas transformações, entretanto jamais poderíamos imaginar que seríamos assolados por uma catástrofe que impacta nos diversos contextos sociais. No plano político, as relações são pautadas por embates, conflitos e jogos de interesses, cuja definição visa a instituição hierárquica do poder e o protagonismo econômico sem o estabelecimento de relações legítimas e congruentes com o desenvolvimento humanitário. Esse cenário, reverbera no âmbito econômico, por meio de um abismo exponencial entre os países que se consagram como as grandes potências, tecnológicas e científicas, enquanto outros são impactados pelos prenúncios da desigualdade. Já na esfera ambiental, observa-se, aceleradamente, a derrocada da biodiversidade dos ecossistemas, ocasionada pela exploração desenfreada da indústria e da agricultura, assim como ameaça as reminiscências culturais das populações



UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL
CAMPUS DE TRÊS LAGOAS
CURSO DE PEDAGOGIA

XX SEMANA DE EDUCAÇÃO

“Resistir e Humanizar: por uma pedagogia emancipadora”

04 a 06 de novembro de 2021



tradicionais. Decurso esse, delineado a décadas ou quiçá a séculos, impactando nos setores e ocasionando múltiplos panoramas sociais, sobretudo, para o sistema educacional formal, que em sua essência já é caracterizado como plural, devido as minutas que compõem a culturalidade dos povos e das especificidades dos contextos.

Nos últimos dois anos, o panorama educacional brasileiro tornou-se palco de polêmicas e contrassensos, interpostos por gerenciamentos malsucedidos, especialmente no Ministério da Educação, que se caracterizaram pela inércia da promoção de ações efetivas para o desenvolvimento da educação, além de importantes perdas de conquistas alcançadas em gestões anteriores. Essas mudanças, se constituíram em medidas políticas pouco assertivas, materializadas no delineamento ideológico autoritário e negacionista, bem como na ameaça ao FUNDEB - Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação, o qual sem uma ação da população e mobilização de setores da sociedade e pressão por meio do Congresso Nacional, poderia não existir mais.

Em meio ao turbilhão de incoerências, organizacionais e administrativa, o número de pessoas que vivem abaixo da linha pobreza cresce em larga escala. De 2018 a 2019, a pobreza alcançava cerca 24,7% (AGÊNCIA IBGE, 2021), já a extrema pobreza chegava ao quantitativo de 6,5% da população brasileira. Com a pandemia do Coronavírus e o aumento na taxa de desemprego, em 2020, esse índice aumentou, chegando a 26,5% para a linha de pobreza e 9,5% para de extrema pobreza. Acredita-se que com a proliferação do vírus, o desemprego, a redução do valor do auxílio emergencial e a segunda onda acontecendo de maneira avassaladora, esses números tende a dobrar.

O contíguo, entre o desenvolvimento econômico e a pobreza, caracteriza-se como um movimento de expulsão gradativa dos indivíduos da lógica social contemporânea, uma vez que com essa junção cria-se amplas lacunas estruturais que refletem no desenvolvimento social do país, sobretudo para determinados grupos populacionais, especialmente nas zonas rurais, com as crianças e adolescentes, indígenas e afrodescendentes, além da população com mais baixos níveis de educação (AGÊNCIA BRASIL, 2021).



A escola, como parte desse contexto, vem ao longo dos anos reproduzindo esse quadro de desigualdade. De acordo com o Anuário Brasileiro da Educação Básica de 2019, 48.455.867 (quarenta e oito milhões, quatrocentos e cinquenta e cinco mil e oitocentas e sessenta e sete) das crianças brasileiras que ingressaram na escola, 75,8% conseguiram concluir o Ensino Fundamental II e apenas 63,6% o Ensino Médio em 2018. Ao restringir esses dados, aproximando tal realidade para o estado da Bahia, identifica-se que, do contingente de 54,8% dos estudantes baianos oriundos das escolas públicas, apenas 43,3% concluíram o Ensino Médio. Contudo, não se pode afirmar que os alunos concluintes adquiriram as competências e habilidades necessárias para validar a qualidade do ensino público (SACRISTÁN, 2007), como proposto pelo Plano Nacional de Educação, Lei nº. 10.172/2000 (BRASIL/MEC, 2011).

As implicações para o desenvolvimento educacional tornam-se mais sérias com as restrições orçamentárias proposta pelo Governo, sobretudo, após a publicação da Portaria Interministerial nº 03, de 25 de novembro de 2020, que altera os parâmetros operacionais do FUNDEB, através da redução de um dos principais incentivos financeiros, o valor anual investido na educação de cada aluno. Incoerência administrativa, que não valora as carências sociais e educativas, principalmente em um contexto pandêmico, em que é preciso garantir uma maior abrangência de acesso ao ensino público, quer seja em formato remoto ou presencial, mas que assegure a educação e possibilite condições de cumprir as medidas sanitárias no favorecimento da vida.

Outro aspecto importante, nos cenários educacionais brasileiros, refere-se aos mecanismos de avaliação do ensino estabelecidos nos últimos anos, pois intuito de possibilitar a “garantia de padrão de qualidade” (BRASIL, 1988), foram adotados alguns sistemas de avaliações que, segundo a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB – Lei nº. 9.394/96), que objetivam a definição de prioridades e a melhoria da qualidade do ensino. Entre os programas nacionais de avaliação, destaca-se o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB), criado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (INEP), em 2007, cujo objetivo maior é alcançar a meta da qualidade de ensino correspondente aos países desenvolvidos.



UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL
CAMPUS DE TRÊS LAGOAS
CURSO DE PEDAGOGIA

XX SEMANA DE EDUCAÇÃO

“Resistir e Humanizar: por uma pedagogia emancipadora”

04 a 06 de novembro de 2021



As Políticas Públicas, pelos dos incentivos do Banco Mundial, Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) e o FUNDEB, financiam programas como Todos pela Educação, Plano de Desenvolvimento da Escola (PDE), Programa Dinheiro Direto da Escola (PDDE), entre outros, a fim de minimizar o fracasso educacional brasileiro e ampliar o IDEB.

O Índice de Desenvolvimento da Educação Básica dos alunos das escolas públicas, apesar dos investimentos, ainda é insatisfatório, visto que o maior índice do ano de 2019, no Brasil, foi de 5,9 nos anos finais do Ensino Fundamental I e 4,9 nos anos finais do Ensino Fundamental II e 4,2 no Ensino Médio. Em contrapartida, no estado da Bahia alcançaram-se os índices de 5,3 nos anos finais do Ensino Fundamental I e 4,1 nos anos finais do Ensino Fundamental II. Em Salvador, nas escolas municipais, essa situação também se evidencia, visto que nesta mesma avaliação o maior índice foi 5,6 nos anos finais do Ensino Fundamental I e 4,3 nos anos finais do Ensino Fundamental II, denotando a precariedade do ensino público soteropolitano (INEP, 2019).

A BNCC, homologada em dezembro de 2017, “prevê direitos de aprendizagem e desenvolvimento que devem ser assegurados a todos e cada um dos estudantes” de todas as instituições de ensino do país. A organização baseia-se no princípio da evolução plena do indivíduo em todas as suas dimensões formativas: intelectual, física, afetiva, social e cultura. De acordo a normativa, tais dimensões devem ser contempladas em todo processo educativo, desde à apropriação dos códigos de linguagens e de tecnologias educacionais, como também das questões que envolvam o autoconhecimento, autoconfiança, autorrealização e autocuidado. No que se refere a dimensão social, o documento promulga a criação de ações que mobilizem a participação individual no coletivo, ao exercício da cidadania e da vida política, bem como a fruição das culturas, das questões identitárias, em sua ampla produção cultural, perspectivas e práticas, dos diferentes costumes sociais. Entretanto, refletir sobre a propositiva de Educação Integral, em uma configuração de escola, tal como ela atualmente se apresenta, alicerçada em uma lógica reprodutivista do *modus operandi* do sistema econômico em que vivemos, nos leva a questionar se o ato de educar está em consonância com a formação humana.



Corporizar a educação integral como modalidade educacional foi uma medida delineada desde os meados do século XX, pelos dos ideários, fruto do pensamento de educadores como Anísio Teixeira. Para este, era necessário instituir o dia integral mediante do Sistema Público, visando a enriquecer a jornada educacional com atividades práticas, proporcionando oportunidades de formação de hábitos de vida real, e organizando a escola como miniatura de comunidade, com as denominadas Escolas-Classe (TEIXEIRA, 1999).

No contexto atual, a discussão sobre a Educação Integral apresenta diferentes defesas: 1) Ampliação dos tempos escolares e o aumento do conteúdo escolar, com aulas curriculares ministradas durante todo o dia pelos professores; 2) Ampliação dos tempos escolares a partir de concepção de educação que contemple a formação do sujeito em suas múltiplas dimensões; 3) Ampliação do tempo escolar com outras concepções formativas que não sejam apenas cognitivas. Essa diversidade de concepção vem ganhando força, sobretudo após o estabelecimento do Plano Nacional de Educação – PNE (1988):

Após a promulgação da Constituição Federal de 1988, que prevê, em seu artigo 214, o estabelecimento do PNE, de forma a assegurar uma política de Estado no campo educacional (BRASIL, 1988), o tema foi retomado provocando reflexões e ações institucionais. A LDB nº 9.394/96 define, em seu artigo 34, parágrafo segundo que “o ensino fundamental será ministrado progressivamente em tempo integral, a critério dos sistemas de ensino” (BRASIL, 1996). Em seguida, o PNE de 2001 prevê em sua meta 21 como objetivo para o ensino fundamental a ampliação da jornada escolar, com o intuito de expandir a escola de tempo integral por meio do atendimento de pelo menos sete horas diárias. (VARANI, CAMPOS, ROSSIN, 2019, p. 180)

Em 2014/2024, o PNE apresenta em sua meta 6: “Oferecer educação em tempo integral em cinquenta por cento das escolas públicas de educação básica” (PNE, 2014), o detalhamento da proposta aponta para diversas compreensões e formas de implantar, entretanto tais perspectivas estão de acordo as diretrizes gerais do plano: erradicação do analfabetismo; universalização do atendimento escolar; superação das desigualdades



UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL
CAMPUS DE TRÊS LAGOAS
CURSO DE PEDAGOGIA

XX SEMANA DE EDUCAÇÃO

“Resistir e Humanizar: por uma pedagogia emancipadora”

04 a 06 de novembro de 2021



educacionais, com ênfase na promoção da justiça social, da equidade e da não discriminação; melhoria da qualidade da educação. E, assim o assunto Educação Integral vem provocando reflexões e ações institucionais, especialmente após algumas redes de ensino incorporarem o tempo integral.

Diante da pluralidade de concepções, um ponto comum das diferentes tendências é a promoção de propostas educacionais que favoreçam o desenvolvimento da intelectualidade através de atividades construtivas nas mais variadas expressões, estéticas à vida social-comunitária da escola, às relações afetivas, à autonomia dos alunos e professoras, à formação global da criança, (VARANI, CAMPOS, ROSSIN, 2019, p. 181).

Nesse sentido, torna-se urgente refletir sobre a formação humana por meio de uma perspectiva multidimensional, a qual compreende o sujeito em sua totalidade: ser social, histórico e cultural; produtor do conhecimento acumulado e difundido em diferentes tempos. Sendo assim, é imprescindível ir ao âmago dessas propositivas com fim a entender os princípios que as norteiam, suas perspectivas e desdobramentos, uma vez que a essência da constituição humana se encontra na articulação entre o objetivo e o subjetivo expresso nas diferentes linguagens que compõem a coletividade: arte; política; estética; ética; e, entre outras.

Essa intervenção, demanda da organização escolar a construção de propostas formativas em consonância com as exigências hodiernas do século XXI – subjetivas, sociais, políticas, econômicas, ambientais e tecnológicas, as quais podem proporcionar aos sujeitos cognoscentes o desenvolvimento reflexivo, crítico e construtivo (ARAÚJO, 2019, pg. 6).

Nesse sentido, tal perspectiva requer da escola e da sociedade um pensar e agir sobre as temáticas que evidenciam a inclusão das singularidades dos sujeitos, da noção de sustentabilidade, comprometendo a educação com a ação responsável na interação entre o sujeito e o mundo, favorecendo a promoção da equidade de oportunidades educativas por meio das múltiplas dimensões que cerceiam a constituição das tecnologias educacionais.



Nessa relação, é importante ressaltar que o entrelaçamento, entre as demandas da contemporaneidade e do fazer pedagógico, envolvem diferentes saberes e conhecimentos, oportunizando tempo/espaço para criação e ressignificação de outras interações, oriundas das experiências e vivências, expressadas no universo erudito, simbólico e artístico. Para tanto, é imprescindível a integração da multidimensionalidade como forma de contemplar o desenvolvimento integral.

Destarte, a pesquisa visa refletir sobre as propostas educacionais pautadas nos pressupostos da educação integral e como elas favorecem o diálogo entre as diversas linguagens formativas, que envolvem e integram o conhecimento do corpo, das emoções, das relações e códigos socioculturais. Diante dessa premissa, cabem, aqui, alguns questionamentos que se pode realizar com base no estudo da proposta de Anísio Teixeira: De que forma a Educação Integral confere a centralidade na perspectiva formativa dos estudantes? Quais arranjos e ambiências são necessárias para o desenvolvimento de práticas inovadoras pautadas na Educação Integral? Quais os dispositivos, políticos e intersetoriais, favorecem a construção de concepção de educação definida pelo compromisso com o desenvolvimento integral de todos os sujeitos?

A importância da educação integral compromete a articulação com diferentes tempos e espaços, para essa efetivação emerge o debate sobre a ampliação das horas diárias educacionais, uma vez que o tempo de 4 (quatro) horas, que hoje caracteriza a média da jornada educacional brasileira, é insuficiente. Para Gadotti (2009) o tempo integral, como aspecto inovador educacional, reside na possibilidade de ampliação de oportunidades educacionais, favorecendo a cidadania, na construção de hábitos de estudos e pesquisas, suprimindo a falta de opções oferecidas pelos pais ou familiares e no aumento da aprendizagem dos alunos oriunda do maior tempo na escola. Entretanto, o autor destaca que sua implantação exige preparo técnico-político e ampla formação, tanto dos professores e demais funcionários da escola quanto de pais e alunos.

Fortunati (2009) explica que a relevância da educação em tempo integral, na contemporaneidade, não se resume apenas na ampliação da jornada educacional, mas expressa um mecanismo de proteção social e combate às desigualdades sociais, uma vez que as transformações provocadas pela reestruturação do capitalismo atribuem novos



UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL
CAMPUS DE TRÊS LAGOAS
CURSO DE PEDAGOGIA

XX SEMANA DE EDUCAÇÃO

“Resistir e Humanizar: por uma pedagogia emancipadora”

04 a 06 de novembro de 2021



sentidos para relações humanas. As crianças, como parte desse contexto, ficam muitas vezes expostas aos vários tipos de violências presentes no cotidiano, pois a incerteza e a insegurança refletem tanto na formação social como na do sujeito contemporâneo, num tal movimento que reproduz e intensifica a expansão da lógica de mercado, que passa não somente a influenciar, mas também a coordenar, conduzir, induzir, arranjar e orientar a organização dos espaços e o controle da ordem social, afetando diretamente as instituições (CASTEL, 2005; BAUMAN, 2005).

Assim, a educação em tempo integral se alicerça como uma etapa de transformações da educação, assinalando para uma urgente necessidade de reconstruir o paradigma educacional existente e favorecer de forma integral a constituição do indivíduo, não apenas com base no conhecimento científico, mas também no que concerne às diretrizes para construir uma sociedade mais justa (CULLEN, 1997).

Desta forma, caracteriza-se como problema de investigação a identificação dos obstáculos que dificultam a efetivação dos objetivos propostos pela BNCC, no que se confere a Educação Integral, em escolas municipais de Salvador, com o pressuposto de compreender a escola como lugar de construção e reconstrução de novas culturas, não apenas a cultura científica, mas também a cultura social, política, midiática, dos alunos e dos processos tecnológicos. Busca-se, com isso, perceber se incentivos financeiros são suficientes para a mobilização de ações em prol do desenvolvimento integral dos alunos, além de compreender por que tais ações não se consolidam como propulsoras de transformações educacionais, culturais e sociais e, conseqüentemente, não repercutem no aumento dos índices de desenvolvimento da educação básica. Para tanto, considera-se fundamental conhecer as bases da educação integral na proposta de Anísio Teixeira, na década de 1950, no estado da Bahia.

O projeto aqui proposto apoia-se em uma perspectiva de pesquisa que entrelaça os elementos históricos aos contemporâneos, relacionando-os com a história de intelectuais da educação, tal como propõe a Prof.^a Dr.^a Ana Cristina Machado Gomes Machado, docente dessa Universidade, que investiga temáticas educacionais e sociais em consonância com a trajetória profissional e acadêmica, desses sujeitos. Assim esse estudo, busca por meio da supervisão de estágio pós doutoral, estabelecer um eixo entre as



práticas de Educação Integral às “trajetórias de intelectuais e os ideários por eles disseminados, articulando pensamento e ação para a partir disso reconstituir o contexto histórico mais amplo”. (BORGES, GOMES, 2018, p. 3).

A proposta apoia-se na perspectiva de estudo de natureza bibliográfico, que propõe um aprofundamento das bases epistêmica, históricas, legais e documentais, que delineiam o objeto de estudo. O nosso objetivo é analisar os ideários de Anísio Teixeira sobre Educação Integral e a experiência desenvolvidas no estado da Bahia, para com isso compreender os pressupostos da Educação Integral a partir dos ideários de Anísio Teixeira na década de 1950, com na base documental da experiência de Educação Integral desenvolvida no estado da Bahia e realizar uma reflexão sobre a situação da Educação Integral, desenvolvida no estado da Bahia em consonância com as perspectivas da BNCC. Entretanto, é importante destacar que não se trata, apenas uma análise das proposições, como também contribuir para uma construção da concepção educacional investigada. Para tanto, será realizado um levantamento das fontes bibliográficas que respaldam as propositivas de Educação Integral, uma análise documental das leis e referências que legitimam a Base Nacional Comum Curricular, como também uma investigação nos registros históricos sobre a interpretação do significado de Educação Integral com base dos ideários de Anísio Teixeira e uma pesquisa. Para analisar os aspectos que compõem o cenário educacional, será estudado a regulamentação educacional vigente, as políticas públicas que alicerçam a discussão, os posicionamentos políticos, vinculados as mídias digitais, e o desdobramento dessa propositiva à promoção da qualidade da educação brasileira.

A análise interpretação das fontes dar-se-á por meio do estudo do conteúdo, documental e bibliográfica; as proporções estatísticas; e, a repercussão no desenvolvimento da educação básica. O trato com essas referências tem a finalidade de responder ao problema de pesquisa proposto nesse projeto, buscando trilhar as faces da fita *moebios* para compreensão dos dados, no contexto educacional vigente e relacioná-los aos ideais proposicionais da Educação Integral na perspectiva de Anísio Teixeira.

Este objeto foi escolhido com intuito de efetivar o compromisso dos centros de pesquisas com a Educação Básica, objetivando contribuir de forma significativa na



formação dos sujeitos cognoscentes, tencionando o aprofundamento e ampliação dos pressupostos da Educação Integral, suscitando os ideários de Anísio Teixeira, como prática inovadora, mobilizando a formação dos alunos enquanto política pública.

Como resultados esperados, pretende-se tornar possível o debate sobre a efetivação da educação integral e seus fundamentos em consonância com os interesses e motivações de Anísio Teixeira, por meio de ações em vários níveis (escola e comunidade) capazes de elevar e potencializar seus resultados pedagógicos e sociais que auxiliem da superação dos limites identificados na pesquisa.

CONSIDERAÇÕES PRELIMINARES

O objeto de investigação tem como intuito efetivar o compromisso dos centros de pesquisas com a Educação Básica. Vale salientar, que a proposta aqui descrita é um projeto, ainda em andamento, sem a sistematização dos achados. Contudo, objetiva contribuir, de forma significativa, na formação dos sujeitos cognoscentes, tal como posto nas descrições dos resultados, além de tencionar o aprofundamento e a ampliação dos pressupostos da Educação Integral, suscitado pelos ideários de Anísio Teixeira nas mesorregiões baiana.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARAÚJO, K.S.S **Dispositivos e Diapositivos da Educação Científica: O TPACK e a Constituição de Práticas Inovadoras da Educação Básica**. Tese de Doutorado, Universidade do Estado da Bahia – UNEB, Salvador, 2019, 201p.

AGÊNCIA BRASIL. **Extrema pobreza atinge 13,5 milhões de pessoas e chega ao maior nível em 7 anos**. Disponível em <https://www.ibge.gov.br/busca.html?searchword=extrema+pobreza> Acesso em: 23 agosto. 2021.

BAUMAN, Zygmunt. **Modernidade Líquida**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.
BRASIL. **Constituição Federal do Brasil, de 05 de outubro de 1988**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm>. Acesso em: 28 de agosto .2021.



UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL
CAMPUS DE TRÊS LAGOAS
CURSO DE PEDAGOGIA

XX SEMANA DE EDUCAÇÃO

“Resistir e Humanizar: por uma pedagogia emancipadora”

04 a 06 de novembro de 2021



BRASIL. Ministério da Educação. **Plano Nacional de Educação – PNE**. Brasília: MEC, 2011. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=16478&Itemid=1107. Acesso em: 21 setembro 2021.

BRASIL. Ministério da Educação. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Lei n. **9.394/96**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm. Acesso setembro. 2021

BRASIL. Ministério da Educação. **Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE)**, 2007 Disponível em: http://planipolis.iiep.unesco.org/upload/Brazil/Brazil_PDE_Por.pdf, Acesso MARÇO, 2021.

BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. **Plano Nacional de Educação – PNE**. Brasília: MEC, 2011. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=16478&Itemid=1107 . Acesso em: 22 setembro. 2021.

BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular (BNCC)**. Educação é a Base. Brasília, MEC/CONSED/UNDIME, 2017. Disponível em: 568 http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_publicacao.pdf. Acesso em: setembro. 2021.

BONETI, Lindomar W. **Políticas por Dentro**. Ijuí: Unijui, 2006.

CASTEL, Robert. **A Insegurança Social**: o que é ser protegido? Petrópolis, RJ: Vozes, 2005.

CULLEN, Carlos. A, **Crítica de las razones de educar**. Buenos Aires: Paidós, 1997. (Cuestiones de Educación.)

FORTUNATI, José. **Gestão da Educação Pública**: Caminhos e Desafios. Porto Alegre: Artmed, 2009.

GADOTTI, Moacir. **Educação Integral no Brasil**: Inovações em Processo. São Paulo: Instituto Paulo Freire, 2009.

INEP. Ministério da Educação. **Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira**. Disponível em <http://portal.inep.gov.br/web/guest/inicio>. Acesso em março de 2021.



UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL
CAMPUS DE TRÊS LAGOAS
CURSO DE PEDAGOGIA

XX SEMANA DE EDUCAÇÃO

“Resistir e Humanizar: por uma pedagogia emancipadora”

04 a 06 de novembro de 2021



NETO, B. M. MACHADO, M. C. G. **Possibilidades Interpretativas para as Pesquisas Sobre Intelectuais na História da Educação.** Notandum Ano XXI, CEMOrOC-FEUSP / IJI-Universidade do Porto. n.47 mai.-ago. 2018.

SACRISTÁN, J. G. **A educação que ainda é possível.** Porto Alegre: Artmed, 2007.

TEIXEIRA, Anísio. **Educação não é privilégio.** 6. ed. Rio de Janeiro: UFRJ, 1999.

VARANI, CAMPOS, ROSSIN, A. C. E. **A Formação Humana Integra a Educação Integral? o que as práticas pedagógicas têm a nos dizer.** Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/ccedes/v39n108/1678-7110-ccedes-39-108-177.pdf>. 2019.
Acesso em setembro de 2021